

# A ESTÉTICA DA IDADE MÉDIA<sup>1</sup>

Edgar de Bruyne<sup>2</sup>

*No terceiro capítulo desta obra, o autor começa por apresentar algumas definições etimológicas de estética, apresentadas na Idade Média de acordo com o método próprio a este período. Em seguida, aborda a multiplicidade e riqueza de sistemas estéticos, como o imediato, moral, sapiencial e místico. Após compendiar um conjunto de considerações em torno do belo, enquanto experiência que parte da contemplação das coisas exteriores, das maravilhas e belezas das criaturas de Deus, baseando-se sobretudo em Hugo de São Victor, o autor convida à reflexão sobre um outro sistema, o introspectivo, proposto pelo escolástico Guillaume d’Auvergne.*

## III (2) A Estética Moral

Enquanto Hugo de São Victor e a maior parte dos autores se apoiam na experiência externa, Guillaume d’Auvergne leva-nos a algo inteiramente diferente, fazendo um apelo à introspecção: “Se nós queremos saber se uma forma é feia ou bela, não temos senão que consultar o nosso senso íntimo. Se nós queremos definir aquilo que é belo, consultemos nossa experiência interna”.<sup>3</sup> O autor que inspira Guillaume, em primeiro lugar, é Cícero. Tal como este em *De officiis*, Guillaume em *De bono et malo* funda toda a sua estética no paralelismo da beleza moral, que é o Bem, e o belo sensível.

Guillaume pertence à linhagem dos esteticistas que insistem no caráter indivisível e de certo modo indefinível do belo. É um pressuposto, diz Santo Ambrósio e Robert Grosseteste após ele, o caráter esteticamente agradável

1) BRUYNE, Edgar de. *L’Esthétique du Moyen Age*. Louvain: Éditions de L’Institut Supérieur de Philosophie, 1947. p. 109-113. Introdução, e tradução a partir do original em francês, por José Manuel Victorino de Andrade (IFAT). Manteve-se a metodologia, além das citações latinas clássicas no corpo do texto, optando-se pela tradução em rodapé.

2) Edgar Firmin Eugène Gustave Corneille de Bruyne (†1959), belga, especializou-se em filosofia medieval e fez o seu doutorado na Universidade de Lovaina com a tese *La théorie de la personnalité d’après St.-Thomas*. Foi professor na Universidade de Gand. Deixou-nos numerosos livros e escritos de filosofia da arte e estética medieval.

3) *Etudes d’Esthétique médiévale*, III, 72, 75. [Doravante, usaremos a abreviatura *Et.*].

da sensação luminosa ou colorida. Não é necessário procurar em outro lugar, como por exemplo, na relação de partes objetivas que lhe fossem subordinadas.<sup>4</sup> Os árabes dizem a mesma coisa que os ocidentais:

A beleza visual — repete Witelo transcrevendo Al-Hacem —, se identifica com a percepção simples de formas visíveis que agradam à alma. Não é que secundariamente aquela caracterize formas compostas seguidamente à lei das proporções convenientes: *‘Pulchritudo ex comprehensione simplicium formarum visibilium placentium (per se) animae’*.<sup>5</sup>

Assim, tanto os orientais quanto os ocidentais remetem-nos para os gregos, que por sua vez inspiraram Cícero e seu admirador medieval. Sem dúvida, podemos admitir duas espécies de beleza. Quando nós vemos alguém empreender um ato heróico, espontaneamente dizemos que isso é bonito: a beleza, nesse caso, é moral, espiritual, puramente inteligível. Se prestarmos atenção numa forma sensível e que consideramos agradável à vista, nós a dizemos bela: trata-se, aqui, da beleza visível. Essas duas formas de beleza são paralelas: é suficiente, para nos convencermos disso, analisarmos a maneira como nós as percebemos.

Se refletirmos na estrutura do ato moral que denominamos “honrar os parentes”, vemos que a intuição desse ato nos é agradável, que logo no começo aprovamos essa ação e espontaneamente louvamos aquele que a cumpre; julgamos tratar-se de algo conveniente. A beleza inteligível é, então, uma forma espiritual que aparece como delectável à nossa experiência íntima, porque pela sua natureza é considerada como anterior ao nosso prazer: *“natum est per se ipsum placere”*.<sup>6</sup> Se agora quisermos saber o que é a beleza visível, consultemos novamente as reações de nossa sensibilidade, desta vez na sua dependência face aos sentidos externos. Confiemo-nos ao seu testemunho, como no caso da consciência moral.<sup>7</sup> O que é a beleza visível? Uma forma que nos parece de maneira anterior, de direito e por ela mesma, deleitar a visão daqueles que a observam: *“Pulchrum visum dicimus quod natum est per se ipsum placere spectantibus et delectare secundum visum”*.<sup>8</sup>

---

4) Cf. Supra, p. 76.

5) A beleza da simples compreensão das formas visíveis agrada (por si) à alma (*Et. III, 245*).

6) Nasceu para agradar por si mesmo (*Et. III, 75*).

7) *Ib. 75*.

8) Dizemos que a beleza visível nasceu por si mesma para agradar aos que a contemplam e deleitar através da visão (*Ib. 73*).

Eis-nos diante de uma concepção original da beleza. Não se trata mais de a definir por ações sensíveis de harmonia, de grandeza, de cor, mas de fazer um apelo a uma noção mais espiritual: aquilo que convém de direito. Levamos em nós mesmos uma aspiração incompreensível ao ideal, à perfeição, àquilo que nós julgamos “dever ser”. Desde que um dado, seja ele qual for — moral ou sensível —, apareça na consciência com as qualidades “daquilo que convém de maneira absoluta” e nos sobressalte de emoção, nós somos agradavelmente surpreendidos, empreendemos o louvor e julgamos que “devemos fruir”. Ao caráter objetivo “*quod per se decet*”,<sup>9</sup> corresponde uma reação subjetiva que se impõe de direito: “*Quod natum est per se ipsum placere et delectare*”.<sup>10</sup>

O belo nasce, portanto, do encontro do dado (considerado na sua *estrutura conveniente*) com a nossa alma (de acordo com sua *tenção para um ideal*). Desde que o contato se faça, produz-se necessariamente (*natum est*), por sua vez, visão e prazer: “*Est enim delectatio conjunctio convenientis cum conveniente*”.<sup>11</sup>

Não procuremos mais longe. Para definir a beleza moral de um ato como o de “honrar os parentes”, basta constatar que a percepção do sentido de um tal ato agrada imediatamente, de modo natural, pela sua “conveniência” à nossa consciência íntima, que não é senão o sentido espontâneo do nosso *élan* para o conveniente ou o belo. Mesmo quando queremos definir a beleza física de uma simples cor, não é necessário referirmo-nos a outra coisa que não seja a relação da coloração à sensibilidade estética do olhar: “*Ab ipso colore non est separabile actu vel ratione hoc ipsum quod est visibile et hoc est quoniam visibilitas essentia ejus est*”.<sup>12</sup> A essência da cor se identifica com a percepção, mas a própria percepção não se distingue do prazer estético: “*Nec aliud est delectatio subjecto et essentia quam visio ipsa... necessario (enim apprehensio) delectabilis*”.<sup>13</sup>

---

9) Que convém por si.

10) Que nasceu para agradar e deleitar por si mesmo.

11) O deleite é efetivamente a união da conveniência com o conveniente (Ib. 77).

12) Da própria cor não é separável pelo ato ou pela razão aquilo que é visível devido à visibilidade pertencer à sua essência (Ib. 86).

13) Nem é outro deleite sujeito e essência quanto a própria vista... necessariamente (na verdade percepção) deleitável (Ib. 82).

Está claro que partindo destas bases, Guillaume projeta por sua vez a estética na moral, e a moral na estética. Teremos apenas de segui-lo na sua comparação da consciência do bem e do mal com a do belo e do feio.

Não haveria vantagens em salientar, neste momento, as influências aristotélicas que traem seu ciceronianismo, em particular na sua interpretação emocionalista da consciência. Se a alma, como ele a considera, não se distingue das suas faculdades, conhecer é experimentar sentimentos. Ver o belo está em fruir, porque isto é o ato de amar.<sup>14</sup>

Quanto às consequências da emoção estética, procuremos recordar o essencial: a percepção é acompanhada do prazer ou todavia se identifica com ele; o prazer é seguido de uma aprovação, “*puchrum laudabile est*”,<sup>15</sup> e esta última, de um *élan* para o belo, “*intuentium animos delectat et ad amorem sui allicit*”.<sup>16</sup>

Tudo isso se explica metafisicamente de acordo com os princípios tradicionais: “Nada é belo, que não agrade a Deus”. Se, em consequência, nós nos deleitamos espontaneamente com o belo, é porque, na forma “que convém por si mesma”, descobrimos um reflexo de Deus, que é o Ideal absoluto, isto é, que se impõe como absolutamente digno do ser. Em nossa alma “que se reporta à bela forma”, sentimos de maneira confusa um *élan* enigmático para Deus. O sentimento confuso — mas quão profundo e deleitável —, do belo, seja moral, seja físico, é portanto o sinal do reencontro consciente de uma parcela realizada da almejada perfeição, com nosso movimento pré-consciente rumo ao ideal infinito.

Guillaume ainda vai mais longe: a ação das criaturas não é senão uma expressiva parte da Atividade divina que lhes é imanente. O desejo do belo, a alegria da visão, o *élan* para a beleza, é a Atividade primeira que se manifesta: “*Hoc cogit vehementia et velut torrens primi fluxus*”.<sup>17</sup> Deus nos preenche à maneira de um rio de bondades, à semelhança de uma torrente de suas vidas que inunda veementemente inumeráveis córregos e riachos.<sup>18</sup> Não é apenas a Beleza divina que nós fruímos nas belas formas criadas, mas a nossa própria potência de fruir é um sinal particular de seu Ato presente e agindo em nós.<sup>19</sup>

---

14) Ib. 80, 81, 72.

15) A beleza é louvável.

16) Contemplando deleita as almas e alicia para o seu amor (Ib. 72).

17) Por isso aumenta o volume com veemência tal como a torrente do primeiro fluxo (De Trin. XI, 15b-16a).

18) Ib. XI, 16<sup>o</sup> et XII, 16b (cf. J. de Finance, *Etre et agir*, 1945, pp. 216 ss).

19) J. de Finance, Op. cit. p. 217.